

Parecer Atuarial

A Avaliação Atuarial de encerramento do exercício ano de 2013, do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, que se encontra sob intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, classificado na Modalidade de Benefício Definido, que se encontra fechado a adesão de novos patrocinadores e participantes e que é patrocinado solidariamente pelas seguintes empresas: Companhia Docas do Ceará - CDC; Companhia Docas do Estado do Pará - CDP; Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA; Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN; Companhia Docas do Estado do Espírito Santo - CODESA; Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP; Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR; Companhia Docas da Paraíba - DOCAS-PB; Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP; Porto do Recife S/A; Instituto de Seguridade Social - PORTUS; Sociedade de Navegação Porto e Hidrovias do Estado do Amazonas - SNPH; e Superintendência do Porto de Itajaí – SPI, teve como data base dos cálculos 31/12/2013 e considerou os seguintes fatores em seu desenvolvimento:

Base de Dados:

A base de dados foi fornecida pelo PORTUS em relação aos Participantes e seus Beneficiários existentes em 31/12/2013. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos antes de ser utilizada nos cálculos atuariais. Após receber os ajustes de acordo com as respostas fornecidas pelo PORTUS, a mesma foi julgada própria e adequada para realização da Avaliação Atuarial. Entretanto, ressalta-se que os testes, os questionamentos, as respostas e os ajustes realizados não garantem a não existência de outras inconsistências, assim, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das informações.

No quadro abaixo apresentamos as frequências dos participantes do PBP1 por patrocinadora em 31/12/2013:

Patrocinadora	Frequência				
	Ativo (*)	Remido	Aposentadoria Programada	Aposentadoria por Invalidez	Grupo de Pensionistas
PORTOBRAS	-	-	227	25	343
PORTUS	41	-	40	4	6
CODOMAR	14	-	89	4	56
CDC	84	-	145	10	79
CODERN	146	-	200	45	107
CODEBA	154	-	270	78	215
CDP	154	-	134	10	96
CDRJ	402	-	747	65	687
APR	78	-	15	3	4
DOCAS-PB	29	-	8	9	6
CODESA	129	-	346	26	203
CODESP	627	1	2.708	172	1.401
SPI	27	-	22	3	2
EMAP	13	-	0	0	0
SNPH	6	-	23	0	5
Total	1.904	1	4.974	454	3.210

(*) Considera os autopatrocinados.

Segundo o PORTUS, em 2014, haverá o início do recadastramento dos Participantes e Beneficiários do PBP1, como objetivo de auditar o conjunto de informações cadastrais e financeiras.

Informações Contábeis de Financeiras:

As informações contábeis e financeiras foram fornecidas pelo PORTUS na posição de 31/12/2013, a elas não foi aplicado nenhum teste de consistência, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das mesmas.

Hipóteses Atuariais, Regime de Capitalização e Método de Financiamento:

Hipóteses Atuariais:

Hipóteses Atuariais	Descrição
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 segregado por sexo para as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI e AT-1983 segregada por sexo para as demais
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagradada 20%
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012
Tábua de Morbidez	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012
Rotatividade Geral	Nula
Taxa Real de Crescimento Salarial	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,50% a.a.; CODOMAR: 1,00% a.a.; CDC: 2,00% a.a.; CODERN: 2,00% a.a.; CODEBA: 2,00% a. a.; CDP: 2,00% a. a.; CDRJ: 2,00% a. a.; PR: 2,24% a.a.; DOCAS-PB: 1,70% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 3,00% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 1,00% a.a.
Taxa Real de Juros	5,00% a.a.
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,99%
Fator de Capacidade dos Salários	98,99%
Fator de Capacidade do INSS	98,99%
Indexador do Plano	INPC - IBGE
Composição de Família de Pensionistas	Encargo médio de herdeiros (Hx) apurado com base nos beneficiários dos participantes (Ativos e Assistidos) existentes em 31/12/2012 (futuros pensionistas) para mensuração das provisões matemáticas de benefício de pensão a conceder e, a família real para mensuração das provisões matemáticas das pensões concedidas.

O exame das hipóteses atuariais, relativas a segregação biométrica, não foi atualizado com os eventos ocorridos no exercício de 2013. O referido estudo será realizado ao longo do exercício de 2014 (item 1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006). Entretanto, chamamos a atenção para hipótese de Mortalidade Geral, que dentre as biométricas, é a que pode apresentar um maior risco para o PBP1, caso não esteja alinhada com a realidade do Plano. Neste contexto, o que podemos perceber com base nos estudos anteriores é que a mesma vem se mostrando aderente a realidade do PBP1.

Já, em relação as hipóteses que são de responsabilidade das Patrocinadoras (item 1.1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006), essas nos foram disponibilizadas pelas mesmas e, na falta do seu envio, foram utilizadas as hipóteses sugeridas pelo PORTUS, através de carta às Patrocinadoras.

Em relação a Taxa Real de Juros, outra hipótese que pode apresentar grande risco ao Plano, a mesma foi mantida em nível igual à utilizada na avaliação de encerramento do exercício de 2012. Neste parecer iremos comentar sobre o estudo de aderência a que se refere o item 4.1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterado pela Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012.

Regime Financeiro e Método de Financiamento:

O Regime Financeiro de Capitalização e o Método de Financiamento é o Agregado para avaliação de todos os Benefícios e Institutos cobertos pelo Plano.

Plano de Custeio:

Foi considerado o Plano de Custeio vigente na Avaliação Atuarial do PBP1 de encerramento do exercício 2012.

Neste Parecer Atuarial serão apresentados os principais resultados do PBP1 acrescentando os itens analíticos exigidos no Demonstrativo Atuarial.

Abaixo apresentamos as principais contas do Passivo do PBP1 em 31/12/2013 e 31/12/2012 e a variação entre esses dois períodos.

Contas Patrimoniais	31/12/2012	31/12/2013	Variação em R\$	Variação em %
Passivo	342.654.720,47	386.604.304,92	43.949.584,45	12,83%
Exigível Operacional	7.942.524,98	8.265.817,13	323.292,15	4,07%
Gestão Previdencial	7.206.012,61	7.582.299,03	376.286,42	5,22%
Gestão Administrativa	656.959,35	642.762,46	- 14.196,89	-2,16%
Investimentos	79.553,02	40.755,64	- 38.797,38	-48,77%
Exigível Contingencial	129.190.946,49	92.871.412,43	- 36.319.534,06	-28,11%
Gestão Previdencial	59.831.581,33	48.224.294,51	-11.607.286,82	-19,39%
Gestão Administrativa	10.866.262,85	14.374.791,88	3.508.529,03	32,29%
Investimentos	58.493.102,31	30.272.326,04	-28.220.776,27	-48,25%
Patrimônio Social	205.521.249,00	285.467.075,36	205.521.249,00	38,90%
Provisões Matemáticas	3.261.648.339,25	3.607.396.299,16	345.747.959,91	10,60%
Benefícios Concedidos	2.021.509.672,43	2.133.455.597,02	111.945.924,59	5,54%
Benefícios a Conceder a Constituir	1.320.811.040,36	1.548.307.800,21	227.496.759,85	17,22%
	80.672.373,54	74.367.098,07	- 6.305.275,47	-7,82%
Equilíbrio Técnico	- 3.119.548.422,46	- 3.387.824.081,82	- 268.275.659,36	8,60%
Fundos	63.421.332,21	65.894.858,02	2.473.525,81	3,90%
Previdencial	39.936.107,69	44.430.153,95	4.494.046,26	11,25%
Administrativo	20.095.059,90	17.883.859,86	- 2.211.200,04	-11,00%
Investimentos	3.390.164,62	3.580.844,21	190.679,59	5,62%

O Déficit Técnico do PBP1 em 31/12/2013 foi avaliado em **R\$ 3.387.824.081,82**, esse valor demonstra o enorme grau de insolvência em que o Plano se encontra, já que o Patrimônio de Cobertura do Plano (Patrimônio Social menos Fundos) representa

apenas 6,09% das Provisões Matemáticas do Plano, ou seja, os recursos previdenciários não cobrem nem as obrigações com os benefícios concedidos (Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos), que sem considerar a Reserva a Constituir, possuem um nível de cobertura de apenas 10,39%.

A natureza do Resultado Deficitário do PBP1 provém de diversas origens ocorridas em diferentes momentos de vida do Plano, neste contexto, podemos citar como as principais causas o equivocado dimensionamento da Reserva de Tempo de Serviço Passado (RTSA) no ano de 2000, que considerava dentre diversos critérios inconsistentes, como a hipótese de geração futura, hipótese de mortalidade geral não aderente à época, o não dimensionamento real do tempo de serviço anterior dos participantes que ingressavam no plano, a não inclusão do custo relativo as Pensões e considerando a RTSA como sendo uma fato novo, ignorando que o mesmo já vinha sendo constituído desde a criação do Plano, mas de forma insuficiente ; o "perdão" de Jóia de Participante sem haver contra partida desse custo para o Plano; o não cumprimento parcial ou integral do Plano de Custeio; o pagamento das contribuições em atraso sem a devida aplicação de correção necessária; má gestão dos recursos garantidores; perda de oportunidade de aplicação dos recursos não ingressados; não revisão do Plano de Custeio ao longo dos anos; e o não pagamento do valor relativo a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRÁS.

O Patrimônio Social obteve uma evolução positiva em relação ao exercício de 2012, principalmente pela reversão de parte do Exigível Contingencial subconta investimento e previdencial e pela reavaliação dos ativos relacionados aos imóveis, do PBP1.

Por outro lado, o Plano continua sendo prejudicado pelo não cumprimento do Plano de Custeio decorrente do não pagamento das contribuições devidas por algumas Patrocinadoras, neste item, não está sendo incluída as revisões sugeridas nas Avaliações Atuariais anteriores, para manutenção do Plano e equacionamento do Déficit Técnico do PBP1.

Tal fato é confirmado pela observação dos registros contábeis, onde resulta em elevado valor de dívidas de contribuições em atraso, destacando-se que, com base em informações prestadas pelo PORTUS, o Plano de Custeio adotado para o exercício de 2013 não foi seguido na íntegra pelas Patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDRJ, PORTO DE RECIFE S/A, DOCAS PB, CODESA, CODESP, SPI e SNPH.

A Provisão Matemática à Constituir, considerada nesta avaliação, levou em conta somente as provisões daqueles patrocinadores que vem honrando com seu pagamento. Sendo assim, sua evolução ocorreu conforme o esperado, com base no pagamento das prestações e atualização do saldo devedor.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos variou 5,56% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, ou seja, apresentou variação inferior ao nível aceitável.

Já, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder variou 17,22% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, o principal fator que fez com que a variação resultasse acima Meta Atuarial, que foi de 10,84%, decorreu da variação para maior no valor Benefício Projetado apurado em 31/12/2012 e atualizado para 31/12/2013 com base na hipótese de inflação e de crescimento dos salários recomendada pelas patrocinadoras para o exercício de 2013. O impacto entre o crescimento real e o

esperado foi de aproximadamente R\$ 70 milhões, ou seja, dos 17,22% de variação, 5,36% é decorrente deste fator.

Entretanto, a variação do total das Provisões Matemáticas foi de 10,60% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, sendo alinhado ao nível de variação apresentado na avaliação passada e, ligeiramente abaixo da Meta Atuarial, que foi de 10,84% para 2013.

O Fundo Previdencial teve sua variação ao longo de 2013, conforme segue:

Descrição	Em R\$
Saldo em 31/12/2012	39.936.107,69
Recursos Recebidos no Exercício	4.494.046,26
Recursos Utilizados no Exercício	0,00
Saldo em 31/12/2013	44.430.153,95

Os principais riscos atuariais do Plano são os relacionados as hipóteses de mortalidade geral, pelo constante aumento da sobrevivência da população; da taxa real de juros, decorrente da descapitalização e da insolvência do Plano; de crescimento salarial, tendo em vista a enorme volatilidade dos Salários de Participação, principalmente para o grupo de participantes que se encontra apto a se aposentar pelo PBP1; e as possíveis alterações do INSS.

Ainda neste contexto, pode ser citado como risco do Plano o volume de ações judiciais (Risco Judicial), onde é pleiteado aumento no valor da suplementação pagas pelo PBP1 através do PORTUS. Esse fato, além de agravar ainda mais a sua situação Patrimonial, comprometendo o nível de solvência, majora os encargos atuariais.

Em relação a Taxa Real de Juros: apesar de ter ocorrido no exercício de 2013 um descasamento entre Rentabilidade, 7,84% e Meta Atuarial, 10,84%, do PBP1, a preocupação pela utilização de Taxa Real de Juros mais adequada não deve ser justificada somente por esse acontecimento, até porque, ao longo de 2013 a maioria dos Planos Fechados de Previdência Complementar, estruturados na modalidade de Benefício Definido, não atingiram suas metas de rentabilidade. Neste momento, para comprovar ou não a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de Custeio é necessário **conhecer como será estruturado o Plano para equacionamento da situação deficitária do PBP1**, para aí sim avaliar se o atual nível da Taxa Real de Juros terá ou não respaldo frente ao mercado, em relação ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Até porque de nada adiantará reduzir ainda mais a taxa de juros e o Patrimônio continuar com tamanha insolvência.

A título de ilustração foi realizado estudo avaliando as Provisões Matemáticas do PBP1 com uma Taxa Real de Juros de 4,0% ao ano, o resultado indicou um aumento de aproximadamente 10,0% dos encargos atuariais, ou seja, o déficit técnico passaria para R\$ 3,7 bilhões, tornando o Plano mais insolvente e sem garantir a adequação da meta atuarial.

Abaixo apresentamos as Provisões Matemáticas, e Fundos do PBP1 na posição de 31/12/2013, com uma maior abertura da contas:

Plano de Contas		31/12/2013 em R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	285.467.075,36
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	219.572.217,34
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.607.396.299,16
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.133.455.597,02
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	0,00
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.133.455.597,02
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	1.649.904.450,41
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	483.551.146,61
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.548.307.800,21
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	1.527.105.314,61
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.590.632.118,46
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	31.139.275,87
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	32.387.527,98
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	21.202.485,60
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	33.967.646,05
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	6.370.723,59
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	6.394.436,86
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	74.367.098,07
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	74.367.098,07
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	74.367.098,07
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	- 3.387.824.081,82
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	- 3.387.824.081,82
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	- 3.387.824.081,82
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	65.894.858,02
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	44.430.153,95
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	44.430.153,95
2.3.2.1.03.01.00	REVISÃO SUPLEMENTAÇÕES DECORRENTE DA LEI N° 9.876/1999	44.430.153,95
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	17.883.859,86
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	17.883.859,86
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVA PGA	0,00

Plano de Contas		31/12/2013 em R\$
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.580.844,21

Abaixo segue o Custo do PBP1 apurado em 31/12/2013:

Custo Normal	18,12%
Futuras Suplementações de Auxílio-Doença	0,22%
Futuras Supl. de Aposent. por Invalidez	0,90%
Futuras Supl. de Aposent. Programadas	15,05%
Futuros Pecúlios por Morte de Ativo	0,09%
Futuras Pensões por Morte de Ativo	0,50%
Futuras Devoluções de Contribuições	0,00%
Administração	1,36%
Custo Extraordinário	724,47%
RTSA das Patrocinadoras	15,56%
Cobertura do Déficit	708,91%
Custo Total	742,59%

O Custo do Plano tende a se estabilizar anualmente conforme a maturidade do grupo de participantes vai ocorrendo, entretanto, o PBP1 ainda possui um contingente significativo de participantes que não possuem as condições plenas para se aposentarem de forma integral pelo benefício de Aposentadoria Programada, mas que estão quase aptos a tal situação.

Em conjunto com esta característica este grupo remanescente possui um benefício estimado médio mensal de aproximadamente R\$ 4.900. A combinação destas características cria um cenário de agravamento do custo do Plano por aproximadamente mais uns 5 anos.

Neste contexto, foi realizado estudo onde foi apurado que em média 120 participantes deverão se aposentar por ano nos próximos 5 anos, conforme tabela que segue abaixo:

Número de meses previstos que faltam para a concessão da suplementação de aposentadoria programada	Frequência absoluta de ativos em 31/12/2013	Frequência relativa de ativos em 31/12/2013	Custo mensal previsto com pagamento de benefícios em R\$
0	935	49,11%	3.882.756
1 a 12	160	8,40%	806.498
13 a 24	142	7,46%	670.073
25 a 36	101	5,30%	452.519
37 a 48	99	5,20%	482.565
49 a 60	99	5,20%	495.443
61 a 72	89	4,67%	487.100
73 a 84	56	2,94%	276.341
85 a 96	57	2,99%	297.263
97 a 108	24	1,26%	92.523
109 a 120	7	0,37%	28.527
121 a mais	135	7,09%	458.321
Total	1.904	100,00%	8.429.929

Por outro lado, existe o fator que resulta em ganho para os resultados do Plano, este, é relacionado aos participantes que já tem condições plenas de se aposentar, mas, vem postergando seu direito; conforme tabela acima pode ser observado que 935 participantes encontram-se nessa situação.

O equacionamento imediato do Déficit Técnico do PBP1 torne-se inevitável, por ser de valor muito expressivo, mas, o principal fato que deve orientar o seu equacionamento está relacionado **ao alto grau de insolvência em que se encontra**.

Considerando o que preconiza a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no que diz respeito ao equacionamento de Déficit Técnico, o resultado deficitário do Plano deverá ser equacionando entre participantes e patrocinadoras observando a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que foi apurado o resultado.

A proporção contributiva com base no Plano de Custeio vigente em 31/12/2013 está assim constituída:

Categorias	Contribuição Normal Participantes R\$	Contribuição Normal Patronal R\$
Ativos	1.517.035	1.517.035
Autopatrocinaados	8.922	0,00
Subtotal	1.525.957	1.517.035
Aposentados	928.380	895.615
Inválidos	59.494	58.019
Pensionistas	148.747	136.165
Subtotal	1.136.621	1.089.800
Total	2.662.578	2.606.835
Entre Participantes e Patrocinadoras	50,53%	49,47%

Já, a proporção entre Participantes Ativos e Autopatrocinaados em relação aos Participantes Assistidos (Aposentados e Pensionistas) resultou em 57,31% e 42,69%, respectivamente.

Para efeitos do estudo acima não foi considerado o conceito de Pico e Capacidade dos Salários e Benefícios.

Assim, o valor do Déficit Técnico atribuível a cada categoria ficou distribuído da seguinte maneira:

Categorias	Déficit Técnico 31/12/2013
Participantes Ativos e Autopatrocinaados	981.072.236
Participantes Assistidos	730.759.088
Patrocinadoras ^(*)	1.675.992.758
Total	3.387.824.082

^(*) Não considera os compromissos relativos aos Participantes Autopatrocinaados e Assistidos vinculados a Portobrás.

O equacionamento será apresentado considerando o critério pelo **aumento no valor das Contribuições Normais** dos Participantes e Patrocinadoras, conforme segue.

Com base nos Valor Atual dos Salários Futuros dos Participantes Ativos e Autopatrocinaados, o percentual de contribuição mensal médio passa de 9,58% para 192,38% e, de 16,33% para 321,92%, respectivamente.

Para os Participantes Assistidos Aposentados, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros, desconsiderando os valores relativos a reversão em pensão por morte e de pecúlio, o percentual de contribuição mensal passa de 10,00% para 60,45% e, para os Participantes Assistidos Pensionistas, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros o percentual de contribuição mensal passa de 6,00% para 37,23%.

A Contribuição Normal para as Patrocinadoras restou com a seguinte distribuição: a) Participantes Ativos: 189,59%; b) Participantes Assistidos Aposentados: 59,39%; e c) Participantes Assistidos Pensionistas: 36,66%.


Cabe ressaltar que existem valores relativos a dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS, que estão sendo discutidos na esfera federal e judicial. A realização de parte ou do total desses recursos, de forma positiva ao PBP1, faria com que a atual situação deficitária do Plano fosse parcialmente coberta ou integralmente coberta, respectivamente, desta maneira, reduzindo a necessidade de revisão do Custeio do Plano acima proposto. Esses assuntos são tratados com mais detalhe no item 8 do Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2013 do PBP1.

Por fim, cumpre esclarecer que a taxa de carregamento administrativo de 7,5% incidente sobre as contribuições normais e benefício do Plano encontra-se acima do nível das atuais despesas administrativas do PBP1. Entretanto, chamamos a atenção que antes de decisão por reduzir a referida taxa, é necessária a realização de estudo para conhecer se esse nível de carregamento em cenário futuro, de somente pagamento de benefícios atrelado ao reestabelecimento de estrutura sem Intervenção Federal, será suficiente para arcar com as despesas administrativas.

Sendo assim, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29) administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, certifico que o Plano está **deficitário, com ao nível de insolvência**, dependendo do **seu imediato equacionamento**, seja pela revisão do seu Plano de Custeio e/ou pelo ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS e, da manutenção das contribuições previstas no Plano de Custeio vigente e da concretização das hipóteses atuariais para a manutenção desta situação.

Cumpre esclarecer que o Plano atualmente se encontra em situação de descumprimento quanto as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuariais, assim, reforçando a necessidade imediata de seu saneamento financeiro e atuarial.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014



Luciano Duarte
Coordenador de Estudos Atuariais - PORTUS
MIBA nº 1.111